

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO EXCLUDENTE: UM ESTUDO SOBRE O TEMA

INCLUSIVE EDUCATION AND EXCELLENT EDUCATION: A STUDY ON THE THEME

Leize Regina Ribeiro de Araújo Medeiros ¹

Resumo: Com a evolução do conhecimento são acrescentadas responsabilidades a educação escolar, um dos desafios apresentados nesta realidade educacional é a consolidação e a prática do direito a inclusão dos alunos considerados diferentes. O referido trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva. Para chegar a um entendimento deste objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e utilizou-se como metodologia para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica sobre os temas história da educação e inclusão escolar. Concluiu-se que os profissionais da educação com pensamentos e ações inclusivas são desafiados constantemente para que consigam unir a teoria/prática em suas atuações diárias. Nota-se que a educação inclusiva proporciona ao ser humano uma educação completa e compreensiva, entende as limitações pessoais e contribui para todos que estão inseridos neste contexto, possam se desenvolver como pessoas as múltiplas aprendizagens em todos os aspectos. O conhecimento sobre inclusão escolar é vasto e a cada dia autores, professores e técnicos, buscam novos caminhos e abordagens de inclusão fazendo com que este seja disseminado e aceito na prática escolar cotidiana. Este levantamento bibliográfico é apenas um resgate literário sobre a construção do conhecimento em relação ao tema inclusão.

¹ Licenciada em História pela UEPB. Pós graduada em História do Brasil pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes. Mestre em ciência da educação pela Veni Christian University

Palavras-chave: Escola, exclusão, inclusão.

Abstract: The present article has as objective to carry out a bibliographical survey on the history of education regarding school exclusion and the search for the socio-educational inclusion of students who need specialized accompaniment for an inclusive education that allows the true inclusion of the individual in the social environment to which this is inserted as the protagonist of this process of legal claim of their rights. In this way, we tried to bring up a different perspective and with new approaches to the teachers involved in this process so that they are prepared and oriented with technical basis to experience this new demand in the educational context of Brazil.

Keywords: School, exclusion, inclusion.

INTRODUÇÃO

As discursões científicas sobre o papel de educar pela instituição escolar nestes últimos anos estão ganhando notoriedade na mídia e nos ciclos de debate, tanto informal como formal para assuntos ou problemas de cunho educacional. Com isso, o papel social da escola vem sendo alterado ao longo dos anos e atualmente uma das principais funções sociais da escola é promover a inclusão de alunos com necessidades específicas em seu ambiente.

Desta feita, surge o interesse em estudar, pesquisar e socializar o conhecimento na área de educação formal e seus problemas, os quais estão inseridos na comunidade escolar, especificamente, envolvendo a evolução histórica da escola excludente para a educação inclusiva, haja vista ser o direito do aluno em participar de um ambiente escolar inclusivo em todas as suas etapas de socialização e aprendizagem.

Neste tocante, o estudo tem como objetivo geral analisar a evolução histórica da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva, no sentido de levar ao conhecimento do público

interessado, como se deu a construção histórica deste direito para que possamos praticar este direito de forma ampla e favorecer a existência de escolas inclusivas que priorizem o verdadeiro sentido da educação com qualidade e excelência à cerca das necessidades de inclusão do ser social representado pelo aluno. Para dar luz ao nosso questionamento da evolução do processo de inclusão escolar o estudo apresentado organizou-se da seguinte forma:

Na primeira parte, na análise do referencial teórico, descreveu-se sobre a história da educação abordando a função social da escola e o processo histórico da inclusão, o que possibilitou significativamente a análise dos dados.

Na segunda parte, apresentou-se o tipo e a metodologia da pesquisa utilizada para nortear a construção da análise e as abordagens teóricas da pesquisa.

E, finalmente, a terceira parte, descreveu-se os resultados da pesquisa fundamentados nos autores citados, onde discorreu-se sobre as reflexões e opiniões em torno dos questionamentos e abordagens da citada pesquisa.

O Resgate Histórico da Educação Escolar Excludente X A Construção Histórica da Inclusão

Enquanto a sociedade evolui na área tecnológica ou nas áreas sociais, novas atribuições são determinadas para a escola. Assim sendo, diante dessas mudanças a função social da escola, também se modifica e requer novas abordagens teóricas e práticas.

Segundo Gadotti (1993), no período de produção primitivo não existia escola, e o homem colhia do meio em que vivia o que dava para sobreviver e a escola era confundida com a vida. A escola *stricto sensu* nasceu da passagem do modo de produção primitivo para o modo asiático/escravista.

O momento histórico em que ocorreu o nascimento da escola é o período neolítico, onde o homem aprendia sistematicamente a manejar o meio em que vivia para conviver e formar núcleos de socialização e aprendizagens pautadas na diversidade de grupos humanos com hábitos e culturas distintas. Com as transformações na sociedade, a escola como marco deste momento histórico nasceu

desigual, e a sua função seria, encaminhar a criança para a fase adulta, através de rituais de iniciação em cerimônias religiosas, ensino das habilidades naturais, das expressões corporais e do desenvolvimento das artes e da cultura.

Observa-se que, ao longo da história, a educação, vem se transformando de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade e assim como tal, passa por mudanças contínuas e profundas.

Como dito anteriormente, a escola era desigual fato este, não diferente das sociedades clássicas greco-romanas, onde a educação/conhecimento era para poucos e tinha como objetivo instruir seus alunos para a oratória e retórica, que era o ideal de homem para este modo de vida social. A educação grega queria incentivar a individualidade. A partir desta afirmação nasce um novo conceito de educação, que hoje em dia nós chamamos de Educação Liberal.

Com o nascimento do Feudalismo cria-se a terceira escola, que foi dirigida pela Igreja Católica tornando-se um aparelho ideológico do Estado e sendo utilizada para difundir a sua forma de educar o homem pelo exemplo divino. A partir de Constantino, o catolicismo torna-se a religião oficial e ao mesmo tempo Estado de poder na interferência da formação do ser. Neste período histórico quem educava era o Estado, quem iria contra a verdade da Igreja seria perseguido e considerado um herege e possivelmente punido pela justiça secular, articulada pelos órgãos dominadores da liberdade de expressão e pensamento a exemplo da inquisição.

Com o advento do Renascimento Cultural do século XV, surgiria um novo modo de pensar (o advento de liberdade de espírito e pensamento), neste período foram criadas as universidades e sua miríade de novos saberes. Os burgueses não mais acreditavam nos dogmas apresentado pela igreja, fato este que culminaria na reforma protestante, onde Martinho Lutero e seus seguidores, foram os primeiros a se preocupar com a escola gratuita.

No século XVIII, teremos um novo reflexo de mudanças no pensamento liberalizante da força dos pensadores iluministas que primavam pela tríade: igualdade, liberdade e fraternidade entre os povos. Esse instrumento do saber baseado no cunho de uma análise racional do conhecimento,

favoreceu aos povos do novo mundo, inclusive ao Brasil, pós chegada da família imperial portuguesa no início do século XIX, uma nova abordagem do conhecimento e também da valorização do conhecimento como instrumento de integração social e econômica.

A educação brasileira e sua história dentro de um contexto geral, seu desenvolvimento educacional aconteceu tarde, devido à influência colonial e jesuítica, que primavam por uma educação domesticável e baseada na fé e na problematização dos nativos locais como seres sem formação escolar e aquém da cristandade europeia, modelo este que perdurou por séculos. No transcurso para o contexto da modernidade, nos anos 20 e 30 do século XX a educação vivencia um momento de mudanças, marcados pela pregação liberal da educação que defendia a sua gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, bem como a laicidade e a co-educação. Essa pregação opunha-se à concepção de educação representada pelos católicos. (GADOTTI, 1986)

Por volta de 1924, os liberais se reúnem em torno de uma Associação, a ABE- Associação Brasileira de Educação, que culmina em março de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por 23 educadores e 3 educadoras, todos de diferentes regiões do país, e de variadas formações, em meio a uma quase guerra civil, saem a público e lançam o Manifesto dirigido ao povo e ao governo, objetivando a reconstrução nacional pela Reestruturação Educacional no Brasil. Entre eles, Anísio Spinola Teixeira, Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme, Almeida Jr. (AZEVEDO; LEMME, 1932).

O Manifesto defendia em especial o direito de todos a educação, de forma igual e portanto única para todos quantos procurassem a escola pública. (CURY, 1982).

Uma das conquistas dos pioneiros foi a incorporação na Constituição de 1934, o estabelecimento da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e do ensino religioso facultativo. (GADOTTI, 1986).

A Constituição de 1946, fixa a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino. Começa a longa gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, somente, sancionada em 1961. Lei 4.024/61, pelo presidente João Goulart. Esta Lei representa a privatização do

ensino, assim sendo a LDB, já nasceu ultrapassada. (GADOTTI, 1986).

Para corrigir as inadequações no sistema do ensino na LDB/61 é criada uma nova LDB nº 5692/71 e atualmente buscando novas perspectivas e visando atender as diversas necessidades dos educandos, foi renovada e incrementada com novos direitos e deveres, a LDB a 9.394 de dezembro de 1996, em vigor até o presente momento.

Nesse breve percurso pela história da Educação no Brasil, é evidente, as lutas dos educadores em prol de um ideal de educação, no entanto, a escola ainda deixa muito a desejar no que concerne a um espaço capaz de promover plenamente o desenvolvimento intelectual e social dos que dela fazem parte, embora conste na Constituição de 1988, art. 205, e na LDB/ 1996 art. 2º, que a educação deve ser promovida e incentivada visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Entende-se que a educação deve ser para todos, e a escola promova um espaço que agregue valores educacionais universais e não exclua quem dela busca seus ensinamentos e sim tenha um papel inclusivo, não importando-se com cresças, raças, limitação física, ou intelectual dos seus participantes, dando condições e subsídios legais e sociais para todos se desenvolverem de forma igualitária, humanitária e integrante de uma sociedade que valorize seu povo como parte de um elo de formação continua e diversificada que é por natureza intrínseca da formação social multifacetada de nosso país.

Para chegar-se a este entendimento, de que a escola é um dos melhores espaços de inclusão, houve-se uma trajetória histórica de lutas e conquistas contínuas, pois antes de acontecer experiências de educação especial ou inclusiva no Brasil, havia na Europa registros de experiências bem sucedidas para a época e que serviu de modelo para o início desta educação especial no nosso continente. (OLIVEIRA, 2010).

A iniciativa era considerada de cunho particular, já que não era o poder público que bancava a educação especial. Este pensamento perdurou por muito tempo na sociedade brasileira, até que a participação do governo na educação especial iniciou-se quando D. Pedro II, por meio de decreto

imperial criou em 1854, na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que mais tarde seria renomeado, por também decreto imperial para Instituto Benjamim Constant (IBC). (OLIVEIRA, 2010).

As iniciativas de inclusão educacional por via particular não desapareceram com a iniciativa do governo imperial. Surgindo instituições como o Instituto Pestalozzi no início do século XX. A partir de 1957 o governo federal assumiu a educação especial, que neste período ainda era tratado pelo termo: alunos excepcionais. (OLIVEIRA, 2010).

Nota-se que a iniciativa filantrópica, considerada particular, contribuiu bastante para que o governo percebesse a importância de tomar medidas efetivas para atender um público específico. Com esta notoriedade de um público, durante anos surgiram leis que tratava da educação especial, que evoluiria para a educação inclusiva.

Na construção histórica da educação inclusiva teve-se três Leis de Diretrizes e Base da Educação. Na primeira, Lei 4.024/61 procurou proporcionar um lineamento para a educação do país, já fazia menção aos direitos dos deficientes à educação, de forma timidamente, ditando que dentro do possível, os excepcionais deveriam participar do sistema geral de educação. Na segunda, Lei 5.692/71, define-se de forma mais específica, que o poder público deveria participar da educação inclusiva e finalmente a Lei 9394/96 que em seus artigos 58 e 59 são mais claro em relação a educação inclusiva, assegurando metodologias e recursos adequados por parte do poder público para os alunos que tem necessidades especiais ou demandam acompanhamento educacionais especializados e adequados. (OLIVEIRA, 2010).

A principal lei que garante direitos universais no Brasil, pregando a não discriminação, não importando qual seja a sua necessidade é a Constituição Federal. Segundo OLIVERA,

Trabalhar as diferenças é o ponto principal garantido pela Constituição da República desde 1988. Apesar disso, o que se percebe na realidade é que a sociedade pré estabelece modelos, deixando à margem tudo o que foge à rega. Regras que eram estabelecidas pelas classes dominantes do governo (2010, p. 34)

Atualmente com a ajuda das leis a sociedade está mudando a concepção de direitos e responsabilidades, aprendendo de forma legal a respeitar direitos universais e inalienáveis.

As leis estão contribuindo com a quebra de paradigmas sociais e com o novo pensamento social as instituições educacionais, como o Ministério da Educação e outras instituições ligadas a este ministério vem publicando resoluções que normatizam esta prática.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior “devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada pra a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

A formação institucional continua para os professores oferecida por Universidades e instituições diversas é relevante, mas ao receber a formação adequada para lidar com essas múltiplas realidades e necessidades de inclusão, o educador deve entender que esta necessidade de inclusão só terá eficácia principalmente se advinda de suas percepções sociais, motivação e interação com um determinado público, ou o seu intento não terá tanta eficácia na atuação diária com os alunos no processo de inclusão.

No século XXI, a luta pela educação inclusiva intensifica-se a cada ano. Exemplo da amplitude do tema é que em 2004 o Ministério Público Federal, baseando-se no Decreto nº 3.956/2001 lança o documento o “Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, tendo o objetivo de divulgar os conceitos e diretrizes na educação. Dois anos após A ONU aprova A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e estabelece que os países participantes devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se que o Brasil caminha para proporcionar a educação inclusiva no ambiente escolar, isso não significa que a caminhada está chegando ao fim, já que para OLIVEIRA (2010),

A inclusão educacional precisa ser entendida como o espelho na educação, já que consiste em oferecer uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem para todos, respeitando as diferenças, valorizando a diversidade. (2010, p. 37).

Nota-se que a história da educação inclusiva proporciona ao ser humano uma educação completa e compreensiva, já que entende as limitações pessoais e contribui para todos que estão inseridos neste contexto possa desenvolver com pessoas diferentes em todos os aspectos.

Mesmo com toda esta construção da educação inclusiva, nacional e internacional ainda existe a exclusão. Segundo OLIVEIRA,

[...] as crianças com dificuldade de aprendizagem e/ou necessidades educativas especiais são matriculadas no ensino regular em classes de integração, onde o aluno precisa fazer um grande esforço para acompanhar as atividades da turma. Em nome da inclusão se promove na prática pedagógica uma política de integração com drásticas consequências excludentes. (2010, p. 41).

A exclusão acontece de todas as formas, desde a adaptação do aluno com necessidades educacionais específicas, até a escolha do profissional da educação que irá atendê-lo durante o ano escolar.

Para MARTINS,

A escola regular, de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade”. (IMBERNÓN apud MARTINS. 2011, p. 17).

A explicação de Martins é bem clara e nos permite a entender por que pleno século XXI ainda existe a exclusão.

Neste meio de perspectivas encontra-se o professor que deve estar qualificado para acompanhar o desenvolvimento do educando e contribuir para a sua efetiva inclusão. Entende-se que é a

junção de qualidades, formação e exercício da profissão que forma um professor comprometido com a formação de outros seres humanos, este ser humano que não difere uma pessoa com necessidades educacionais específicas ou não, apenas ser humano. A inclusão no Brasil está sendo construída.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 58 descreve como

[...] educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente (grifo do autor) na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (MESSEDER. 2012, p.174)

No mesmo artigo da lei citada anteriormente, desta vez em seu parágrafo segundo traduz como deve ser o atendimento.

§2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (MESSEDER. 2012, p 175)

Conforme elencado, as leis imputam as escolas a realizar a inclusão de seres humanos com necessidades específicas, mas cabe ao professor a escolha ética, técnica e humanitária de sensibilizar, trabalhar e fazer com que este ser humano se desenvolva educacionalmente de forma adequada e que seus direitos sejam respeitados e atendidos com profissionalismo.

O entendimento sobre Inclusão também está sendo construído, neste momento há a discussão que incluir ou realizar inclusão não é apenas colocar uma criança ou adolescente com necessidade educacional dentro da escola ou dentro de uma sala de aula. Entende-se como inclusão que:

A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos dos seres humanos são humanos sem distinção. (MARTINS. 2011, p. 63)

A inclusão deve ser estendida para todos e que todos sejam iguais nas diferenças, pois é na diferença que se mostram as necessidades específicas de cada ser.

CAMINHADA METODOLÓGICA

Através da pesquisa há inúmeras possibilidades de desvelamento da realidade, desde que haja critérios. Para tanto, o pesquisador deve estar atento para observar os métodos científicos inerentes à busca da realidade a que se propõe, haja vista ser, a pesquisa, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em que qualquer campo de conhecimento. (LAKATOS. 2006).

Partindo deste princípio, o procedimento metodológico adotado para a realização da presente pesquisa, foi norteado por um estudo analítico de base qualitativa, em que a metodologia de investigação “é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de

Situações, que podem ser estudadas” (GOLDENBERG, 1999.) enfatizando a compreensão da realidade em relação ao todo.

COLETA DE DADOS

Os procedimentos metodológicos para coleta de dados consiste na pesquisa bibliográfica, por ser.

[...] conduzida, principalmente, pelo uso de materiais escritos. Está associada com a procura de fatos significativos e interpretações do passado e com dados e informações estatísticas encontrados em documentos oficiais, periódicos profissionais e em fontes similares. (GRESSLER, 2007, p. 71).

A pesquisa bibliográfica não é apenas recolher informações aleatoriamente, como a autora

afirma há critérios para selecionar a fonte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo deste artigo, recorreu-se a análise do conteúdo, que segundo Bardin (2004.) “[...] aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

CONCLUSÃO

Com a finalidade de analisar a evolução histórica da educação escolar excludente para a educação escolar inclusiva, chega-se ao entendimento desse trabalho, com a explanação teórica sobre a inclusão escolar e de forma sucinta, poderemos contribuir com profissionais da educação e os que tenham interesse, desejo e compromisso em buscar novas abordagens e soluções para a melhoria significativa da educação inclusiva em nossas unidades escolares, e que esta seja motivadora de incessantes buscas na construção de uma inclusão que favoreça realidades educacionais e sociais mais abrangentes e igualitárias .

Ao longo desta caminhada educacional para inclusão escolar, nos deparamos com referenciais teóricos que nos mostram a evolução e a luta, por uma educação inclusiva, que deve proporcionar uma verdadeira e legítima inserção de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar. As referências nos remete que devemos nos apropriarmos do conhecimento e coloca-los em prática, usando do que Libâneo chama de profissionalização e o profissionalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da evolução humana, a escola tenta galgar espaços sociais acompanhando o desen-

volvimento da ciência, tecnologia e suas formas de praticar o conhecimento. Como a escola não é uma instituição a parte da sociedade, carrega em si a evolução de múltiplos saberes e técnicas, surgindo também, ao mesmo tempo novas responsabilidades para a educação escolar. Um dos problemas apresentado nesta nova realidade educacional é justamente a inclusão de alunos com necessidades específicas. Como observado, ao longo da história, a educação escolar, passa por transformações de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade. Neste tocante, os profissionais da educação devem ter uma formação/inteiração constante sobre a inclusão não apenas conhecimento técnico e sim compromisso e legitimidade com a educação inclusiva, uma vez que esta seja resguardada por leis consistentes que favoreçam o aporte real para uma prática inclusiva de qualidade e que abranja todos os segmentos de necessidades específicas em sua conjuntura social.

Os educadores devem ser pessoas humanas em seu íntimo para entender a capacidade individual de cada aluno, principalmente dos que tem necessidades de inclusão escolar. Nota-se que os profissionais da educação com pensamentos e ações inclusivas são desafiados constantemente para que se reinventem a cada dia e consigam unir harmonicamente teoria e prática em suas atuações docentes. O conhecimento sobre tema é vasto e a cada dia autores, profissionais em geral alimentam este sentimento de inclusão que nos traz uma perspectiva bastante alvissareira. Este estudo é apenas uma fagulha no limiar da construção do conhecimento da educação inclusiva, já que no processo de aprendizagem, sempre haverá novos olhares, observações e estudos relacionados a problemática, com outras aberturas dialéticas que visem concretizar a inclusão escolar de forma abrangente e que derubem as barreiras ideológicas da sociedade de que as diferenças e necessidades específicas de cada aluno, não é um fator limitante, mas o que torna a educação escolar inclusiva desafiadora e repleta de um desejo coletivo, onde os indivíduos são os protagonista de suas histórias e conquistas.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Fernando de; LEMME, Pascoal. A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo: manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3 ed. Lisboa- Portugal: Edições 70, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Comemorando o “manifesto dos Pioneiros da educação nova/ 32”. Polígrafo. [S.l], [5. ed.]. 1982.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Educação brasileira: uma primeira aproximação: orientação do trabalho na escola, alguns pressupostos. São Paulo: Ática. 1993.

GRESSLER, Alice Lori. Introdução à Pesquisa: Projetos e Relatórios. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2007

LAKATOS E.M., MARCONI M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

_____. Pedagogia e pedagogos, para que? 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos-[et al.]. Inclusão: compartilhando saberes. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MESSEDER, Hamurabi. Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9.394/1996. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Denise Marques de. Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores. Brasília: Editora Aplicada, 2010.

PILETTI, Claudino. História da educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2012.

PILETTI, Nelson. Estrutura administrativa do ensino brasileiro: estrutura e funcionamento do ensino fundamental. 25 ed. São Paulo: Ática, 1999.

